

## **Contribuinte: IBP**

### **Plataforma de Consulta Pública da Consultoria Técnico-Legislativa (CTL)**

Altera a Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, e Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013.

O Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, § 1º, art. 93, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993, na Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e no Decreto Estadual nº 47.785, de 10 de dezembro de 2019;

Considerando que nos termos do artigo 25, § 2º da Constituição Federal e do artigo 10, inciso VIII, da Constituição do Estado de Minas Gerais, cabe ao Estado de Minas Gerais, diretamente ou mediante concessão, explorar os serviços locais de gás canalizado em seu território; Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.909, de 04 de março de 2009, que “dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás de que trata o artigo 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural”, criando o consumidor livre, o autoimportador e o autoprodutor e regulamentada pelo Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, e pelas Resoluções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP nº 51 e nº 52, de 29 de setembro de 2011, alterada pela Resolução nº 794, de 05 de julho de 2019;

Considerando que é competência da SEDE regular e fiscalizar a distribuição do gás canalizado, em conformidade com as políticas e diretrizes de governo, conforme disposto pelo Decreto Estadual nº 47.785, de 10 de dezembro de 2019;

Considerando que é de interesse da SEDE incentivar o desenvolvimento do Estado, a partir do gás, estabelecendo normas no sentido de promover a ampliação do uso deste energético com competitividade e eficiência e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade da concessão para a exploração do serviço de distribuição de gás, por meio de canalizações;

Considerando o disposto na Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013 e Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013, que dispõem sobre as regras e condições gerais de acesso à prestação do serviço de distribuição de gás canalizado ao consumidor livre, autoimportador, autoprodutor e o exercício da atividade de comercialização de gás canalizado no Estado de Minas Gerais; e

Considerando a Resolução SEDE nº 8, de 18 de setembro de 2019, que aprovou a Receita Requerida, a Margem Média e o Índice de Reposicionamento Tarifário Ordinário da concessionária GASMIG para o Primeiro Ciclo Tarifário compreendido entre 2018 a 2022.

JUSTIFICATIVA: O ART. 25, §2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL CARACTERIZA A DISTRIBUIÇÃO COMO SERVIÇO PÚBLICO DE GÁS CANALIZADO. CLASSIFICA-SE COMO SERVIÇO PÚBLICO A ATIVIDADE EXERCIDA PELO ESTADO COM O INTUITO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES COLETIVAS.

AMPLIAR O CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO ABRANGENDO ATIVIDADES TÍPICAS DO DOMÍNIO DA LIVRE INICIATIVA, IMPEDE O PARTICULAR DE EXERCITAR TAIS ATIVIDADES LIVREMENTE. TAL RESTRIÇÃO FERE FRONTALMENTE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE INICIATIVA. A ATIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL É DE LIVRE COMPETIÇÃO E, PORTANTO, NÃO DEVE SER INCLUÍDA NA DEFINIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE GÁS CANALIZADO. CASO SE TRATASSE DA MESMA ATIVIDADE NÃO TERIA O LEGISLADOR FEITO TAL DIFERENCIAÇÃO NA LEI 9.478/97, ART. 6º, INCISOS XX E XXII. A REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO É, PORTANTO, UMA COMPETÊNCIA FEDERAL.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013, nos seguintes dispositivos § 1º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - [...] § 1º - A livre comercialização se aplica a todos os segmentos de mercado e àqueles usuários que tenham condições de participar do mercado livre conforme disposto em Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013 ou dispositivo que venha substituí-la.”

§ 2º - O interessado em ser comercializador de gás no Estado de Minas Gerais deverá possuir autorização para o exercício da atividade de Comercialização de Gás Natural outorgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que deverá ser encaminhada para registro junto ao Regulador, e deverá ser atualizada no prazo de até 15 dias, sempre que houver alguma alteração.

JUSTIFICATIVAS: CONCORDAMOS COM A ALTERAÇÃO PROPOSTA NO § 1º. A ALTERAÇÃO DO § 2º É NECESSÁRIA POIS A AUTORIZAÇÃO EM NÍVEL FEDERAL É SUFICIENTE PARA REGULAR A ATIVIDADE DO COMERCIALIZADOR, PERMITINDO A CRIAÇÃO DE UM MERCADO NACIONAL SEM QUE EXISTAM BARREIRAS A COMERCIALIZAÇÃO DO GÁS NATURAL ENTRE AGENTES DE DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO. A EXISTÊNCIA DE DIVERSAS REGULAÇÕES EM NÍVEL ESTADUAL É DESNECESSÁRIA, ONEROSA E CRIARIA BARREIRAS À ENTRADA DE NOVOS COMERCIALIZADORES NO MERCADO.

§ 2º Ficam revogados os parágrafos 3º, 4º e 5º do Art 3º.

JUSTIFICATIVA: A AUTORIZAÇÃO EM NÍVEL FEDERAL É SUFICIENTE PARA REGULAR A ATIVIDADE DO COMERCIALIZADOR, PERMITINDO A CRIAÇÃO DE UM MERCADO NACIONAL SEM QUE EXISTAM BARREIRAS A COMERCIALIZAÇÃO DO GÁS NATURAL ENTRE AGENTES DE DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO. A EXISTÊNCIA DE DIVERSAS REGULAÇÕES EM NÍVEL ESTADUAL É DESNECESSÁRIA, ONEROSA E CRIARIA BARREIRAS À ENTRADA DE NOVOS COMERCIALIZADORES NO MERCADO.

§ 3º Os incisos II e III e V do Art 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

“II - AUTOIMPORTADOR: agente autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para a importação de gás que utiliza parte ou a

totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

III - AUTOPRODUTOR: agente autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a explorar e produzir gás e que utiliza parte ou a totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais. [...]

V - COMERCIALIZADOR: pessoa jurídica autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a vender gás ao consumidor livre na área de concessão conforme legislação vigente;”

JUSTIFICATIVAS: A NOVA REDAÇÃO PROPOSTA TORNA MAIS CLARAS AS CONDIÇÕES PARA A QUALIFICAÇÃO DE UM AGENTE COMO AUTOPRODUTOR E AUTOIMPORTADOR. ENTENDEMOS, AINDA, QUE A AUTORIZAÇÃO EM NÍVEL FEDERAL É SUFICIENTE PARA REGULAR A ATIVIDADE DO COMERCIALIZADOR, PERMITINDO A CRIAÇÃO DE UM MERCADO NACIONAL SEM QUE EXISTAM BARREIRAS À COMERCIALIZAÇÃO DO GÁS NATURAL ENTRE AGENTES DE DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO. A EXISTÊNCIA DE DIVERSAS REGULAÇÕES EM NÍVEL ESTADUAL É DESNECESSÁRIA, ONEROSA E CRIARIA BARREIRAS À ENTRADA DE NOVOS COMERCIALIZADORES NO MERCADO. § 4º Fica revogado o Art 4º. JUSTIFICATIVAS: A IMPOSIÇÃO DE RESTRIÇÕES PELOS REGULADORES ESTADUAIS À COMERCIALIZAÇÃO PELO CONSUMIDOR LIVRE É CONTRÁRIA A ABERTURA PROPOSTA PELO NOVO MERCADO DE GÁS É CONDIÇÃO NECESSÁRIA A EXISTÊNCIA DE CONSUMIDORES LIVRES QUE ELES POSSAM COMERCIALIZAR LIVREMENTE SEUS EXCEDENTES COM QUALQUER OUTRO AGENTE NO MERCADO BRASILEIRO. PORTANTO, POR SER DE UMA NECESSIDADE E UM DIREITO GERAL APLICÁVEL A TODOS OS CONSUMIDORES LIVRES, NÃO HÁ A NECESSIDADE DE EXIGIR UMA NOVA QUALIFICAÇÃO. A COMPRA E VENDA DE EXCEDENTES PODE SER NECESSÁRIA, POR EXEMPLO, EM CURTO PRAZO, PARA BALANCEAMENTO DOS AGENTES JUNTO AOS TRANSPORTADORES. DEVERÁ EXISTIR, PARA TANTO, UM PROTOCOLO DE COMUNICAÇÕES NO QUAL A DISTRIBUIDORA SEJA INFORMADA PELO TRANSPORTADOR SOBRE A INJEÇÃO DE GÁS NA MALHA DE DISTRIBUIÇÃO PARA ATENDIMENTO AO CONSUMIDORES LIVRES.

§ 5º O Art 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Não será permitida a celebração de Contratos de Compra e Venda entre Usuários Livres com comercializador que possua relação, direta ou indireta, de controle ou coligação, com a Concessionária da área em que se localiza o Usuário Livre.”

§ 1º Os usuários livres, desde que respeitadas as condições acima, poderão celebrar contratos de Compra e Venda parciais com a Concessionária e com o comercializador.

JUSTIFICATIVAS: A POSSIBILIDADE DE UM GRUPO ECONÔMICO DETER AO MESMO TEMPO O CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA E DE COMERCIALIZADORA QUE ATUA NA ÁREA DA CONCESSIONÁRIA PODE

CONSTITUIR UM DOS MAIORES OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM MERCADO DE GÁS NATURAL COMPETITIVO. ALÉM DISSO, ESSA POSSIBILIDADE VAI CONTRA TODA A LÓGICA DE DESVERTICALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO GÁS NATURAL QUE VEM SENDO IMPLEMENTADA PELO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO CNPE. A ESSÊNCIA DA DESVERTICALIZAÇÃO RESIDE NA SEPARAÇÃO COMPLETA, PROIBINDO INCLUSIVE VINCULAÇÃO SOCIETÁRIA, ENTRE A EMPRESA QUE TEM INTERESSE NA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE GASODUTOS E A EMPRESA QUE TEM INTERESSE NA COMERCIALIZAÇÃO DA MOLÉCULA. DESSA FORMA, ESTÁ SENDO PROPOSTO A PROIBIÇÃO PARA A ATUAÇÃO DE COMERCIALIZADORA NO MERCADO LIVRE DE CONCESSIONÁRIA VINCULADA SOCIETARIAMENTE A ELA. PERMITIR AO USUÁRIO LIVRE CERTA FLEXIBILIDADE DURANTE UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO MERCADO, ENQUANTO HOVER BAIXA TRANSAÇÃO NEGOCIAL NO TRANSPORTE.

§ 6º Revogar o Art 6º. JUSTIFICATIVA: A EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO ESTÁ EM DISSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DO NOVO MERCADO DE GÁS NATURAL, QUE BUSCA CRIAR UM MERCADO NACIONAL COMPETITIVO E DINÂMICO. TAL RESTRIÇÃO ELEVA O CUSTO DAS TRANSAÇÕES, O QUE PODE INVIABILIZAR A CRIAÇÃO DE MERCADOS LÍQUIDOS DE CURTO PRAZO, NUM MOMENTO EM QUE SE BUSCA O AUMENTO DE LIQUIDEZ NAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DE GÁS NATURAL.

§ 7º O Art 7º passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 7º O comercializador deverá disponibilizar ao Regulador todas as informações necessárias ao acompanhamento do serviço de distribuição no Estado de Minas Gerais, relativas à sua atividade de comercialização, sempre que solicitadas pelo mesmo.”

JUSTIFICATIVA: O COMERCIALIZADOR, COMO CASO GERAL, ATUA EM DIVERSAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. ASSIM, NÃO FAZ SENTIDO QUE TODAS AS SUAS INFORMAÇÕES SEJAM DISPONIBILIZADAS. NÃO OBSTANTE, O REGULADOR ESTADUAL DEVE TER ACESSO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS A ATUAÇÃO DO COMERCIALIZADOR DENTRO DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, DESDE QUE SEJAM ESTRITAMENTE NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES SOB SUA COMPETÊNCIA, COM O OBJETIVO DE REGULAR O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO.

§ 8º Os § 2º e § 6º do Art 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º [...] § 2º - Nos casos em que a entrega do gás não ocorra a partir de um gasoduto de transporte de gás natural, caberá ao comercializador apresentar à concessionária, em periodicidade semanal, as quantidades diárias programadas e relatório contendo dados diários, relativos às características físico-químicas do gás canalizado, incluindo o poder calorífico superior – PCS e demais requisitos relacionados à qualidade do gás canalizado, conforme disciplinado pela ANP. [...]

§ 6º - A quantidade diária programada e consumos diários de gás devem respeitar as regras estabelecidas em regulação específica.”

JUSTIFICATIVA: § 2º - QUANDO A REDE DE TRANSPORTE É COMPARTILHADA POR DIVERSOS AGENTES, ESPECIALMENTE NUM MODELO DE CONTRATAÇÃO DE ENTRADA E SAÍDA, POR CONTA DA FUNGIBILIDADE DO GÁS NATURAL, O COMERCIALIZADOR NÃO PODE SER RESPONSÁVEL POR ESSA INFORMAÇÃO, QUE DEVE SER ENCAMINHADA PELO TRANSPORTADOR, NO MOMENTO DA PROGRAMAÇÃO FÍSICA DE ENTREGAS. § 6º - ENTENDEMOS QUE TAIS REGRAS DEVEM SER ELABORADAS PELO REGULADOR, COMO FORMA DE EVITAR QUE A CONCESSIONÁRIA POSSA CRIAR CONDIÇÕES INJUSTIFICADAS QUE ACABEM POR INIBIR A CONCORRÊNCIA. § 6º Revogar o Art 9º. JUSTIFICATIVA: O ART. 25, §2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL CARACTERIZA A DISTRIBUIÇÃO COMO SERVIÇO PÚBLICO DE GÁS CANALIZADO. CLASSIFICA-SE COMO SERVIÇO PÚBLICO A ATIVIDADE EXERCIDA PELO ESTADO COM O INTUITO DE ATENDER AS NECESSIDADES COLETIVAS. AMPLIAR O CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO ABRANGENDO ATIVIDADES TÍPICAS DO DOMÍNIO DA LIVRE INICIATIVA, IMPEDE O PARTICULAR DE EXERCITAR TAIS ATIVIDADES LIVREMENTE. TAL RESTRIÇÃO FERE FRONTALMENTE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE INICIATIVA. A ATIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL É DE LIVRE COMPETIÇÃO E, PORTANTO, NÃO DEVE SER INCLUÍDA NA DEFINIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE GÁS CANALIZADO. CASO SE TRATASSE DA MESMA ATIVIDADE NÃO TERIA O LEGISLADOR FEITO TAL DIFERENCIAÇÃO NA LEI 9.478/97, ART. 6º, INCISOS XX E XXII. A REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO É, PORTANTO, UMA COMPETÊNCIA FEDERAL.

Art. 2º - Alterar a Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, nos seguintes dispositivos: § 1º Os incisos II, II, V, XII e XIII do art. 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - [...] II - AUTOIMPORTADOR: agente autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para a importação de gás que utiliza parte ou a totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

III - AUTOPRODUTOR: agente autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a explorar e produzir gás e que utiliza parte ou a totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais. [...]

V - COMERCIALIZADOR: pessoa jurídica autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a vender gás ao consumidor livre na área de concessão conforme legislação vigente;” [...]

XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;

XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega, que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;”

JUSTIFICATIVA: A PROPOSTA TORNA MAIS CLARAS QUAIS AS CONDIÇÕES PARA A QUALIFICAÇÃO DE UM AGENTE COMO AUTOPRODUTOR E AUTOIMPORTADOR. ENTENDEMOS, AINDA, QUE A AUTORIZAÇÃO EM NÍVEL FEDERAL É SUFICIENTE PARA REGULAR A ATIVIDADE DO COMERCIALIZADOR, PERMITINDO A CRIAÇÃO DE UM MERCADO NACIONAL SEM QUE EXISTAM BARREIRAS A COMERCIALIZAÇÃO DO GÁS NATURAL ENTRE AGENTES DE DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO. A EXISTÊNCIA DE DIVERSAS REGULAÇÕES EM NÍVEL ESTADUAL É DESNECESSÁRIA, ONEROSA E CRIARIA BARREIRAS À ENTRADA DE NOVOS COMERCIALIZADORES NO MERCADO.

§ 2º Ficam acrescentados os incisos XXX-A e XXXI:

“XXX GASODUTO DEDICADO: aquele utilizado para abastecer, especificamente, Agente Livre diretamente conectado ao transportador, UPGN, terminal de GNL, ou a outras fontes de suprimento, devidamente autorizadas pela ANP, desde que não interligado à malha física da Distribuidora;

XXXI - TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA (TUSD-E): tarifa cobrada pela concessionária referente à prestação do serviço de distribuição em Gasodutos Dedicados;”

JUSTIFICATIVA O AGENTE LIVRE DEVE TER O DIREITO DE SER LIGADO POR RAMAL DEDICADO DIRETAMENTE A QUALQUER FONTE DE SUPRIMENTO E NÃO APENAS AO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL A REMUNERAÇÃO DO USO DO RAMAL DEDICADO DEVE SER CALCULADA EM FUNÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO PELA DISTRIBUIDORA, CONSIDERADO DE FORMA SEGREGADA DO RESTANTE DA SUA BASE REGULATÓRIA DE ATIVOS (TARIFA ESPECÍFICA), À QUAL DEVE SE ACRESCENTAR A REMUNERAÇÃO DEVIDA AOS CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO RAMAL DEDICADO. NO CASO DE RAMAL DEDICADO CONSTRUÍDO PELO PRÓPRIO AGENTE LIVRE, A REMUNERAÇÃO DEVIDA À DISTRIBUIDORA DEVE SER CALCULADA DE FORMA PROPORCIONAL AOS CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO RAMAL DEDICADO, CONSIDERADO DE FORMA ISOLADA DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - [...] I - Para consumidor potencialmente livre já atendido pela concessionária, ter volume contratado no âmbito do mercado livre de pelo menos o equivalente a 5.000 m³/dia médios, computado em período de doze meses;

II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre, desde que instalações com capacidade nominal para consumir o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).

§ 1º - O consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computado em período de doze meses, igual ou superior a 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos), para permanecer na condição de consumidor livre. [...]

§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.”

JUSTIFICATIVAS: A EXIGÊNCIA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PRÉVIO NÃO DEVE SER CONDIÇÃO PARA A MIGRAÇÃO POIS ESPERA-SE QUE, COM A EVOLUÇÃO DA ABERTURA, EXISTAM DIFERENTES FORMAS DE CONTRATAÇÃO, INCLUINDO A COMPRA E VENDA EM MERCADOS DE CURTO PRAZO, COM LIQUIDEZ DIÁRIA.

Art. 4º - O art. 6º-da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 60 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação, em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres.”

JUSTIFICATIVA: SUGERIMOS A EXCLUSÃO DO ANTIGO ARTIGO 6º NA RESOLUÇÃO SEDE 17/2013, SUBSTITUINDO-O PELA PROPOSTA DE ARTIGO 6. A REDAÇÃO ORIGINAL DA RESOLUÇÃO ERA CONFUSA E, NA PRÁTICA, DESNECESSÁRIA. PARA MITIGAR O RISCO APONTADO NO DISPOSITIVO, OS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA, LIVREMENTE NEGOCIADOS ENTRE AS PARTES, GERALMENTE INCLUEM CLÁUSULAS DE AJUSTE NO VOLUME CONTRATADO QUANDO OCORRE MIGRAÇÃO DE CONSUMIDORES DO MERCADO CATIVO DAS DISTRIBUIDORAS. ALÉM DISSO, OS FORNECEDORES DE GÁS DA CONCESSIONÁRIA NÃO SÃO OBJETO DE REGULAÇÃO ESTADUAL.

Art. 5º Alterar o artigo 7º da Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013, nos seguintes dispositivos:

§ 1º - O parágrafo 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“art 7. [...] § 4º - O consumidor livre, autoprodutor ou autoimportador cujas necessidades de movimentação de gás natural não estejam sendo atendidas pela concessionária poderão construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para seu uso específico atendendo aos dispositivos do art. 46 da Lei Federal nº 11.909, de 2009, caso em que deverão contratar a concessionária para fazer a operação e manutenção dessas instalações e dutos, pelo que deverá ser assegurada à concessionária uma remuneração compatível com os custos específicos desse serviço. Também nestes casos, fica assegurado ao Agente Livre o direito de obter, nos mesmos termos definidos em regulação para a Concessionária, a

servidão de passagem sobre a faixa de terreno na qual deverá ser construído o ramal dedicado, na hipótese de não ser possível obter essa servidão de forma consensual.”

JUSTIFICATIVA: O AGENTE LIVRE DEVE TER O DIREITO DE SER LIGADO POR RAMAL DEDICADO DIRETAMENTE A QUALQUER FONTE DE SUPRIMENTO E NÃO APENAS AO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL O DIREITO DE USO DE SERVIDÃO DE PASSAGEM DEVE SER CONCEDIDO NOS MESMOS TERMOS DA CONCESSIONÁRIA PARA QUE INEXISTA BARREIRAS QUE IMPEÇAM O AGENTE LIVRE DE CONSTRUIR A SUA PRÓPRIA REDE.

§ 1º - Fica acrescentado o parágrafo 6º: “art 7. [...] § 6º - O serviço de distribuição pela concessionária poderá ser contratado tanto pelo consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor quando pelo comercializador que esteja fornecendo gás natural ao consumidor livre.”

JUSTIFICATIVA: ESSE É UM CONCEITO IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO LIVRE. MUITOS USUÁRIOS NÃO QUEREM TER O TRABALHO DE CONTRATAR A CONCESSIONÁRIA PARA ESSE SERVIÇO, POR ENTENDEREM EXISTIR UM CUSTO ELEVADO PARA GERENCIAMENTO DOS CONTRATOS. PERMITIR QUE COMERCIALIZADOR CONTRATE O SERVIÇO DA DISTRIBUIDORA, NOS CASOS EM QUE O CLIENTE ENTENDER MAIS EFICIENTE, FACILITA A ABERTURA DO MERCADO POR DESONERAR A OPÇÃO DE MIGRAÇÃO PARA O MERCADO LIVRE.

Art. 6º - O parágrafo único do art. 23º-da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: “Parágrafo único Os Agentes Livres abastecidos por gasoduto dedicado, independente do responsável pela sua construção ou financiamento, terão direito à Tarifa Específica para Uso do Sistema de Distribuição (TUSD-E) que deverá ser calculada com base no investimento, quando realizado pela Distribuidora, e à parcela dos custos de operação e manutenção específicos do gasoduto dedicado, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação.

I - A parcela de investimento deverá refletir os custos específicos da instalação para atendimento do Agente Livre, quando financiado pela Distribuidora, utilizando-se dos mesmos critérios de remuneração da base de ativos regulatórios, mês a mês, não sendo permitida sua contabilização e remuneração do gasoduto dedicado sobre os ativos totais da concessão.

II - Os custos operacionais do gasoduto dedicado serão calculados com base nos custos de operação e manutenção específicos do gasoduto dedicado, excluído os custos com comercialização, sem remuneração adicional.”

JUSTIFICATIVA: O AGENTE LIVRE DEVE TER O DIREITO DE SER LIGADO POR RAMAL DEDICADO DIRETAMENTE A QUALQUER FONTE DE SUPRIMENTO E NÃO APENAS AO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL. A REMUNERAÇÃO DO USO DO RAMAL DEDICADO DEVE SER CALCULADA EM FUNÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO PELA DISTRIBUIDORA, CONSIDERADO DE FORMA SEGREGADA DO RESTANTE DA SUA BASE REGULATÓRIA DE ATIVOS (TARIFA ESPECÍFICA), À QUAL DEVE SE



ACRECENTAR A REMUNERAÇÃO DEVIDA AOS CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO RAMAL DEDICADO. NO CASO DE RAMAL DEDICADO CONSTRUÍDO PELO PRÓPRIO AGENTE LIVRE, A REMUNERAÇÃO DEVIDA À DISTRIBUIDORA DEVE SER CALCULADA DE FORMA PROPORCIONAL AOS CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO RAMAL DEDICADO, CONSIDERADO DE FORMA ISOLADA DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Art. 7º - O parágrafo 2º do art. 24º-da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - O consumidor livre, o autoprodutor ou o autoimportador que não seja atendido por um Gasoduto Dedicado poderá solicitar à Concessionária a cessão, no todo ou em parte, de sua capacidade contratada. A eventual negativa da Concessionária deverá ser justificada por estudos técnico-econômicos que demonstrem a inviabilidade da cessão.”

JUSTIFICATIVA: NÃO EXISTE MOTIVO PARA QUE UM CONSUMIDOR LIGADO A UMA REDE COM DIVERSOS AGENTES NÃO POSSA CEDER A CAPACIDADE CONTRATADA, DESDE QUE ISSO NÃO ACARRETE ÔNUS PARA A DISTRIBUIDORA OU PARA OS DEMAIS CONSUMIDORES. CASO HAJA A NEGATIVA DA CESSÃO, A EXISTÊNCIA DESSE ÔNUS DEVE SER JUSTIFICADA PELA CONCESSIONÁRIA MEDIANTE UM ESTUDO TÉCNICO.

Art. 8º - Fica acrescentado o art. 25-A à Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013: “Art. 25-A – A cada Revisão Tarifária, o regulador definirá o desconto a ser aplicado sobre a tarifa para os consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores que não sejam atendidos por um Gasoduto Dedicado. Parágrafo único – o desconto tratado no caput será expresso em valor percentual que será aplicado à margem de distribuição da concessionária livre de impostos, e representará os custos de comercialização.”

JUSTIFICATIVA: ESSA CONDIÇÃO GERAL NÃO DEVE VALER PARA TODOS AGENTES LIVRES (CONSUMIDORES LIVRES, AUTOPRODUTORES E AUTOIMPORTADORES) QUE UTILIZEM UM GASODUTO DEDICADO. EM TAIS CASOS, SENDO O RAMAL CONSTRUÍDO PELO AGENTE LIVRE OU PELA DISTRIBUIDORA, DEVE-SE UTILIZAR A TARIFA ESPECÍFICA (TUSD-E) COMO DEFINIDA NA PROPOSTA DE REDAÇÃO APRESENTADA NESTA CONTRIBUIÇÃO PARA O ART 23º DA RESOLUÇÃO 17/2013.

Art. 9º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, XX de XXXXXX de 2020.

FERNANDO PASSALIO DE AVELAR

Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico